



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7492 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT17 - Filosofia da Educação

ENTRE CONVERSÇÕES: CURRÍCULO E FILOSOFIA

Joao Ferreira da Pascoa Filho - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

ENTRE CONVERSÇÕES: CURRÍCULO E FILOSOFIA

1 INTRODUÇÃO

O currículo no decorrer da história tem recebido fortes críticas, que o fazem perder seu caráter de "imparcialidade" e "neutralidade", pois é visto como ideológico, e com fortes enfoques políticos.

No que trata a filosofia e seu ensino, sempre foi vista por uma parte da sociedade a partir de um olhar de desconfiança. Em alguns diálogos platônicos podemos perceber tal diagnóstico desde a condenação de Sócrates, um dos mais famosos filósofos de sua época – a clássica. Onde ali, um dos argumentos fundamentais de sua condenação foi o de que os ensinamentos filosóficos repassados por Sócrates estariam corrompendo a juventude grega/ateniense.

De lá para cá, de uma forma sorrateira e perspicaz, esse mesmo argumento travestido de outros dizeres vem sendo transmitido a posteridade, e sendo usado como instrumento ou recurso para esse objetivo o currículo.

A metodologia usada foi a revisão de literatura. temos como objetivo focar o caráter ideológico e político do currículo escolar.

O texto está estruturado em cinco partes: Introdução; O que é isso que se chama currículo; O que é isso que se chama filosofia; Currículo e Filosofia: entre vozes silenciadas; conclusão.

2 O QUE É ISSO QUE SE CHAMA CURRÍCULO?

Referindo-se inicialmente a etimologia da palavra Currículo, podemos dizer que provém da palavra latina *Scurrere*, significando correr, caminho, jornada, trajetória. Mas também pode ser compreendido como um curso que deve ser seguido.

De acordo com Hamilton (1980), citado por Goodson (1995), em seus primeiros sinais de existência o currículo foi traduzido, entendido como controle social e respondia também aos padrões de organização.

Baseando-se na fundamentação teórica de Pacheco (2005), o vocábulo Currículo foi definido formalmente em um dicionário em 1663, com a compreensão de um curso regular em contexto escolar ou universitário.

No que trata da definição do que seja currículo, Pacheco (2005), comenta que existem teóricos que compreendem o currículo como algo conflituoso, problemático, em razão de sua natureza não consensual, pois é um termo que ganha sentido e significado dentro de determinado contexto histórico.

Para as autoras Lopes e Macedo (2011), não é possível dizer o que é currículo, sem um contexto histórico definido, pois o que há são apenas acordos parciais.

Acrescenta Pacheco (2005), ainda que toda construção curricular provém de uma relação social, por isso, nasce na e da história, sendo seu desenrolar preso a diversas condições e interesses conflitantes.

Para Santomé (1995), o currículo tem uma importância fundamental para a educação, pois sem ele o processo educativo ficaria alijado. Um currículo que exerce sua verdadeira função busca a construção da autonomia e emancipação do estudante, futuro cidadão.

O currículo em sua função emancipatória tem uma importância fundamental no que diz respeito ao entendimento das consideráveis contribuições que a filosofia pode dar ao processo educativo brasileiro. E saber o que significa o conhecimento filosófico, sua definição, é muito relevante nesse processo.

3 O QUE É ISSO QUE SE CHAMA FILOSOFIA?

Grosso modo, podemos dizer que a Filosofia é um ramo do conhecimento responsável por construir conceitos, que nos ajudam a partir do processo hermenêutico-interpretativo, a buscar entendimento acerca do mundo, da realidade.

De acordo com Aranha (1990), a Filosofia exerce na realidade uma importância fundamental, pois é ela que consegue reunir as várias cosmovisões de mundo, provindas da ciência e que acabam fragmentando o conhecimento acerca da realidade. É pela filosofia que conseguimos ir além da cotidianidade do mundo, do senso comum e, alargar o conhecimento sobre o que entendemos como realidade. A filosofia alimenta a reflexão por meio do constante questionar-se. Ela se propõe a ser um antídoto contra a estagnação mental. É um constante ir além, ir adiante.

No entendimento de Rodrigo (2014), não há dúvida da importância do ensino de filosofia para construção de um cidadão e uma sociedade que sejam alicerçados em valores

democráticos, pois ela, a filosofia, carrega em sua estrutura constitutiva os meios adequados que podem formar cidadãos para a participação, para o espírito crítico e para o debate público. Dimensões *sine qua non* para a democracia.

Para Luckesi (1994), entre Filosofia e Educação existe uma relação que beira a naturalidade. A educação está voltada para a formação de novas gerações que formarão um determinado tipo de sociedade. Nestes termos, cabe a filosofia, questionar os valores, os pressupostos formativos que embasarão a formação destes jovens e, que modelo de sociedade queremos, que tipo de sistema político, econômico serve a esta sociedade.

De acordo com a compreensão de Aspis (2004), O surgimento da filosofia vem como uma possível saída, uma compreensão acerca da realidade que ajudaria o ser humano a responder suas inquietações e resolver seus problemas concretos. Neste sentido, as aulas de filosofia têm a intenção de apresentar processos criteriosos, filosóficos para que assim os estudantes consigam fazer julgamentos, questionamentos que correspondam com a veracidade da realidade. Não somente questionar a realidade, mas através do pensamento autônomo e livre propor resoluções a seus problemas.

Para Cerlleti (2009), o ensino de filosofia é compreendido como o “ensinar a filosofar”. Não basta apenas o professor de filosofia ter domínio da história da filosofia, mas, é estritamente necessário para que o ensino de filosofia seja significativo, a provocação, o convite a pensar, vislumbrar aquilo nos afeta na realidade, tentar compreendê-lo. O ensino de filosofia não se dá simplesmente como transmissão de conteúdo, mas como um desbravar os meandros do aprender a pensar por si mesmo, de forma livre e autônoma. O ensino de filosofia, dessa forma, deve ter como principal missão o ensinar a pensar.

Diante do que foi exposto acerca da importância tanto da filosofia quanto do currículo para o processo educativo do ser humano, fica evidente que currículo e filosofia não são perspectivas distintas, mas que ambas prestam um grande serviço à educação do homem. No entanto, é preciso entender o porquê da voz silenciada da filosofia e do seu ensino no decorrer da história educacional brasileira executada pelo currículo.

4 CURRÍCULO E FILOSOFIA: entre vozes silenciadas

Neste tópico procuramos de forma breve mergulhar na história da educação brasileira, levando em conta a relação existente entre filosofia e currículo.

No decorrer da história, em se tratando de currículo e espaço epistemológico, a filosofia sempre esteve a margem, sendo desvalorizada, tendo sua voz calada por um currículo conservador que sempre tentou menosprezá-la. Durante algumas fases da história foi esvaziada de sentido, sendo considerada apenas disciplina complementar, quando não suprimida do currículo.

Iniciamos nossa empreitada trazendo o período colonial que transpõe de Portugal o modelo educacional da Companhia de Jesus. Aqui a filosofia e seu ensino estavam garantidos como nos assevera o autor:

A filosofia aparece, no contexto do plano pedagógico da Companhia de Jesus, no *studia superiora*, que correspondiam ao curso de filosofia e de teologia. Mas não se estudava qualquer filosofia, e sim aquela que interessava aos projetos da Companhia. A filosofia ensinada na colônia estava impregnada tanto na forma quanto no conteúdo, pela “concepção de mundo” (ideologia, dos jesuítas). (ALVES, 2002, p. 10)

No período pombalino a filosofia continuava garantida como disciplina pelo currículo, no entanto, uma outra ótica a seu respeito era implementada. A filosofia nesse período passou a ser vista como “ciência natural” com um caráter pragmático, utilitário.

No período imperial a filosofia também foi contemplada, esteve presente na educação escolar. Entretanto, era mais uma disciplina preparatória para que os alunos alcançassem os patamares mais altos de conhecimento em outros níveis de ensino como o superior. A filosofia tinha a missão de preparar os estudantes para ingressarem nos cursos de teologia e direito.

Da primeira República ao Golpe Militar de 1964 a filosofia teve na educação brasileira uma presença indefinida.

Em 1890, com a reforma Benjamin Constant através do decreto n. 981 de 8 de novembro, deixa a filosofia pela primeira vez ausente do currículo. De acordo com Alves (2002), dentre as várias justificativas para sua exclusão, existe uma de ordem ideológica, pois após a instauração da República não poderia se correr o risco de perder a hegemonia cultural que dava suporte teórico ao regime, e a filosofia seria uma grande ameaça, pois de acordo com os republicanos positivistas os conhecimentos filosóficos continham ideologia da Igreja Católica e da Monarquia que se ganhasse espaço poderia colocar tudo a perder.

Outra justificativa para a ausência da filosofia do currículo da época é o embate entre duas concepções: a das “humanidades literárias versus as humanidades científicas”. Logo a filosofia estava compreendida dentro das humanidades literárias clássicas, não servindo ao propósito dos positivistas, que visavam a uma questão utilitária de ciência. As reformas que vão se estender de Benjamin Constant (1890) até a de Rocha Vaz (1925), que estarão imersos neste embate irão produzir uma inconstante presença da filosofia no currículo (ora incluída, ora excluída).

No pós 1931, com Getúlio Vargas no poder como presidente do país, tendo como contexto que motivou as reformas educacionais como a Francisco Campos (1932) e a reforma Gustavo Capanema (1942) o crescente aumento da demanda de mão-de-obra qualificada para satisfazer exigências da industrialização.

Em meio as essas reformas curriculares, a filosofia mesmo sendo reduzida a sua carga horária, se manteve inserida (obrigatória) no currículo escolar da época.

O ano de 1961, trouxe a reforma que tinha a lei n. 4.024, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que em vista das anteriores foi a que trouxe maiores consequências para o ensino da filosofia, tornando-a agora não mais obrigatória, mas optativa, aparecendo como disciplina de lógica.

Segundo Alves (2002), o período ditatorial, pós –1964 trouxe a ausência definida da filosofia do currículo da educação básica. O contexto visava a formação de mão-de-obra barata nas empresas multinacionais que estavam se instalando no país. O modelo educacional escolhido para essa missão foi o tecnicista que tinha o objetivo de formar indivíduos que

executariam ideias criadas por outros sem discussão, vindas de fora. Este contexto não contribui para a filosofia permanecer no currículo.

A ausência da filosofia dos currículos escolares do nível secundário se dará no ano de 1971, com a lei de Diretrizes e Bases de n. 5.692. Ainda aqui, Cartolano citado por Alves comenta que,

[...] Será a lei de Diretrizes e Bases, de agosto de 1971, lei, n. 5.692, que reestruturou o ensino de 1º e 2º graus (antigos primário, ginásio e colégio), que desfechará o “golpe de misericórdia” por assim dizer, contra a filosofia, definindo a sua ausência dos currículos escolares do nível secundário, até os finais do regime ditatorial no Brasil [...] (CARTOLANO, 1985, p. 75 apud ALVES, 2002, p. 39-40).

A filosofia reaparecerá no currículo escolar com o fim da ditadura militar e com a redemocratização do país. Volta com um certo controle e de forma optativa.

Foi na LDB de 1996, que a filosofia juntamente com a sociologia ganharam *status* de obrigatoriedade. Entretanto, perdendo seu caráter disciplinar em troca de se tornar “temas transversais”. Acerca dessa assertiva nos assevera o autor,

O substitutivo Darci Ribeiro, porém, que seria aprovado como lei n. 9.394/96, em seu espírito flexibilizador e “minimalista”, optou por afirmar conhecimentos de filosofia e sociologia como obrigatórios, mas sem definir seu caráter disciplinar. O ministério da educação, durante a gestão de Paulo Renato de Souza, claramente optou por seu ensino na forma de “temas transversais”. (GALLO, 2014, parte XI^[1]).

Para Apple (2005), existe uma grande política cultural no currículo. Um forte embate ideológico que faz escolhas em detrimento de outras que contribuem para silenciar os grupos minoritários e conservar a dominação.

Ainda no intuito de contribuir com a discussão Santomé (1995), acrescenta que o currículo escolar é usado ideologicamente para anular as possibilidades, as condições de reação dos grupos sociais minoritários que fazem parte daquele contexto.

A partir do exposto neste tópico, dá para compreendermos o poder que gira em torno do currículo e o que pode acontecer quando ele cai em mãos erradas. Foi exatamente esse “cair em mãos erradas” que acabou dificultando a autêntica participação da filosofia e seu ensino no decorrer da história no currículo escolar do país.

O atual cenário educativo está a nos mostrar que essas forças, outrora, contrárias ao ensino de filosofia estão mais vivas do que nunca. Movimentos de desmonte da LDB 9394/96, que deu possibilidades ainda que inócuas e não tão claras para disciplinas como a filosofia exercer seu ofício com um pouco de liberdade, espaço e eficiência está ameaçada de ficar fora do currículo da educação básica, semelhante ao que aconteceu no ano de 1971, com a lei de Diretrizes e Bases de n. 5.692, pois de acordo com o contexto político presente, o ensino acerca dos fundamentos filosóficos não correspondem ao cenário econômico/financeiro/cultural do momento.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) fruto de muita discussão e muitas críticas nos foi apresentada com um currículo conservador, que como aconteceu em alguns períodos da história educacional brasileira isola a filosofia sem permitir que exerça sua autonomia epistemológica. A filosofia foi relegada a grande área das ciências humanas com caráter optativo. Não existe mais obrigatoriedade em seu ensino, a partir da aprovação da BNCC. Não só a filosofia foi relegada ao isolamento, outras pautas sociais muito importante também

tiveram o mesmo tratamento.

Clareando o pensamento acerca das questões prejudiciais ao processo democrático que estão imersas na (BNCC), Macedo no assevera que,

Esse conjunto de demandas conservadoras do ESE²¹ em relação ao “conteúdo” da BNCC é bastante pontual e aponta menos para o que deve fazer parte do currículo do que para o que deve ser excluído, para que a escola possa “atender a todos”. As exclusões citadas explicitamente se referem a demandas político-partidárias, raciais, de gênero e de sexualidade. O potencial dessas exclusões para deslocar as articulações sobre a BNCC é preocupante, na medida em que elas focam diretamente demandas de grupos minoritários — de raça, gênero e sexualidade — que, ainda timidamente, têm conquistado algum espaço. (MACEDO, 2017, p. 517).

A filosofia encontra-se hoje com um grande desafio pela frente: provar mais uma vez que seus conhecimentos, seu ensino, são de fundamental importância para a garantia de direitos, para a construção de uma sociedade regida pelos fundamentos democráticos, e acima de tudo, para a construção do conhecimento, fincado no rigor, na crítica, na reflexão, e no respeito a diferença.

5 CONCLUSÃO

Sem dúvidas, o currículo e a filosofia podem juntos colaborar com o processo formativo, autônomo e emancipatório do país. Mas, o que temos visto durante todo o processo educativo brasileiro é um distanciamento de ambos.

O currículo carrega em seus “ombros” toda uma carga ideológica, política que torna sua missão e função extremamente conflituosa, desconsiderando e silenciando em muito as múltiplas vozes que fazem parte de sua estrutura, e que dependem de sua decisão acertada para ganharem espaço.

O currículo não pode ser visto a partir de um simples olhar, como apenas um espaço que de forma neutra autoriza e desautoriza epistemologias dentro de um espaço escolar, educativo. Toda escolha epistemológica dentro do currículo vem carregada de intenções políticas e ideológicas, que tem o poder para desenvolver as vozes, ativá-las ou silenciá-las.

O conhecimento filosófico tem sido uma dessas vozes que foram sendo silenciadas no decorrer do tempo. Hoje, em pleno século 21, a tentativa de silenciá-la continua. A terceira versão da (BNCC), traz em sua estrutura curricular toda uma carga ideológica que transmite para as múltiplas vozes que a compõe o silêncio, a padronização, o desrespeito a pluralidade e a diferença. O ajustamento à valores a muito ultrapassados. Menosprezando epistemologias como a filosofia que a séculos vem contribuindo com a discussão de que sociedade queremos. Que sujeitos queremos formar, construir.

É preciso que a voz do respeito a pluralidade e a diferença ecoe. Que o currículo permita que as discussões sejam travadas no campo da sensatez e do pensamento reflexivo. Aqui a filosofia pode contribuir sobremaneira. Para isso, existe a necessidade da abertura ao pensamento filosófico que deve ser dado dentro do âmbito curricular.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Dalton José. **A filosofia no ensino médio**: ambiguidades e contradições na LDB. Campinas – SP: Autores associados, 2002 – (coleção educação contemporânea).
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3ª ed. rev. ampl. - São Paulo, Moderna, 1990.
- APPLE, Michael W. **Repensando ideologia e currículo**. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, Tomaz T. T. (orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 39-57.
- ASPIS, Renata Pereira Lima. **O professor de Filosofia**: o ensino de filosofia no ensino médio como experiência filosófica. Cad. Cedes, Campinas, v. 24, n. 64, p. 305-320, set./dez.2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 20 jan. 2020.
- CERLLETI, Alejandro. **O Ensino de filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009 (Coleção Ensino de Filosofia).
- GOODSON, Ivor. **Etimologias, epistemologias e o emergir do currículo**. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 29-44
- LUCKESI, Carlos Cipriano. **Filosofia da Educação**. São Paulo – Cortez, 1994 (Coleção Magistério).
- LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MACEDO, Elizabeth. **As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a Base Nacional Curricular Comum**. Educ. Soci., Campinas, v. 38, n° 139, p. 507-524, abr-jun., 2017 .Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf> Acesso em: 15 de abr. de 2020.
- RODRIGO, Lídia Maria. **Filosofia em sala de aula**: teoria e prática para o ensino médio. Campinas, SP: Autores associados, 2009 – (coleção formação de professores).
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, T. T. da (org.). *Alienígenas em sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 159-177.

Palavras-Chave: Currículo. Filosofia. Educação. Vozes silenciadas.

[1] Esta citação encontra-se no livro de Lídia Maria Rodrigo, intitulado “ Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio” na parte prefaciada pelo autor Silvio Gallo.

[2] Escola sem partido – movimento conservador que busca a volta de valores tradicionais e” purificar” os espaços escolares e os conhecimentos das diversas ideologias como o comunismo, ideologia de gênero, movimento LGBTs, etc.